
JOSÉ REIS

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
e Centro de Estudos Sociais

RUI JACINTO

I. E. Geográficos da Faculdade de Letras da Univ. de Coimbra
e Comissão de Coordenação da Região Centro

As Associações Empresariais e o Estado na Regulação dos Sistemas Produtivos Locais (*)

53

Apresenta-se neste texto um estudo sobre as Associações Empresariais da Região Centro. Os autores partem da convicção que as economias locais são objecto de processos de regulação institucional enquadrados por dois tipos principais de agentes: o Estado, que exerce descentralizadamente a regulação macroeconómica, e os próprios agentes locais de representação colectiva.

As Associações Empresariais são exemplos significativos deste papel

de representação, que exercem através da intermediação das suas economias e dos espaços nacional e transnacional e através da participação na criação de economias locais de informação.

Do ponto de vista do esclarecimento empírico, estuda-se o território das Associações Empresariais da Região Centro, as funções que exercem, os recursos que mobilizam e o relacionamento que estabelecem com as políticas públicas.

ESTRUTURAMOS este artigo em três tópicos principais. O primeiro constitui sobretudo um “pressuposto” de análise e tem a ver com o conhecimento disponível sobre os sistemas produtivos e, em especial, sobre as economias industriais da Região Centro.

O segundo tópico relaciona-se com o papel dos agentes na organização das economias e com as funções de intermediação e de representação das economias locais que alguns assumem. Neste aspecto destacamos os agentes colectivos e, mais especificamente, as Associações Empresariais (AAEE), por desempenharem um protagonismo significativo em nome das economias locais e uma dimensão institucional que faz delas elos de articulação com o exterior, através das suas relações com outros agentes, com o Estado

1. Introdução

(*) Este artigo é um trabalho exploratório, que resulta de interesses de investigação comuns, mas inicialmente autónomos, dos dois autores. Foi anteriormente apresentado no Seminário *Serviços e Desenvolvimento numa Região em Mudança* (CCRC, Janeiro de 1992) e no Congresso da CAER — Confederação das Associações Empresariais Regionais (Fátima, Abril de 1992) sob o título *A Regulação dos Sistemas Produtivos: o papel do Estado e dos agentes locais*. José Reis, no trabalho de campo que realizou, teve a colaboração do Eurogabinete para a Região Centro, pelo que agradece à sua Directora, Dra. Luíza Campolargo.

e a Administração e com as políticas públicas que servem de enquadramento à esfera empresarial.

Finalmente, organizamos esta comunicação tendo em conta a regulação das economias. É da regulação institucional que queremos falar, para designar as questões da representação, da intermediação e da negociação dos recursos entre agentes e para, mais genericamente, evidenciarmos que, à volta das estruturas económicas, se criam, pela acção de diversas entidades, economias da informação, formas de concertação e de parceria que marcam muito fortemente o funcionamento das economias de hoje. Nesse processo, a capacidade de articulação dos agentes entre si e de cada espaço económico com o exterior é um aspecto decisivo. É por isso que as próprias economias locais se integram numa arquitectura institucional que começa nos agentes colectivos que as representam e continua no "diálogo" que estes estabelecem, por exemplo, com o Estado e as políticas públicas. Assim se estabelecem relações de intermediação e de negociação que permitem compreender que a configuração das economias locais não é só um resultado de condições materiais (de localização ou de especialização) mas também de condições institucionais e de protagonismos diferenciados.

É neste quadro que analisamos material empírico, recolhido directamente, com o qual queremos ilustrar o funcionamento das Associações Empresariais da Região Centro, atendendo ao seu território, às realidades que representam, aos serviços que prestam, aos recursos que mobilizam e ao relacionamento institucional que assumem.

2. Sistemas industriais locais: estruturas produtivas e protagonismo dos agentes

A Região Centro, no seu conjunto, tem chamado a atenção por aí se localizarem sistemas industriais locais dotados de algum dinamismo e pelas capacidades reveladas de atrair investimento extra-regional (nacional e estrangeiro). Mas é sabido que a região não é um território homogéneo, é antes um espaço onde podemos identificar efeitos locais contrastantes e dinamismos próprios, que resultam da diversidade das estruturas de especialização e de diferentes capacidades de representação e negociação.

É, por exemplo, possível distinguir os "argumentos" de atracção industrial utilizados em Castelo Branco ou em Arganil das condições do desenvolvimento recente de Viseu; a especialização de Leiria ou de Águeda da diversificação sectorial de Aveiro; a emergência de áreas como Pombal de

centros de especialização têxtil antiga (Covilhã, Castanheira de Pêra), etc.

Estamos, pois, perante uma geometria locacional variável, perante contextos geográficos e graus de acessibilidade às infraestruturas de comunicação diferentes, mas, também, perante protagonismos e arquiteturas institucionais que distinguem as economias locais e o seus posicionamentos perante o exterior.

Não cuidando aqui da análise das especializações e estruturas produtivas, visto que ela está feita noutros lugares (A. Gama, 1987; J. Reis, 1992; F. Costa *et al.*, 1990) (1), queremos apenas sublinhar que a emergência de vitalidades e dinâmicas diferenciadas evidenciadas por certos espaços locais se deve relacionar quer com as condições materiais inerentes ao seu funcionamento, quer com aspectos "imateriais", tais como a sua capacidade de representação e negociação.

Colocamo-nos, pois, numa perspectiva que pretende combinar os aspectos materiais da diferenciação regional (estruturas produtivas, especialização, taxas de cobertura em infra-estruturas, redes viárias, etc.) com os aspectos institucionais e com a actuação dos agentes colectivos.

É deste modo que formulamos um problema de investigação que consiste em saber como se desenvolve uma "economia local da informação" (2), a partir de referências essencialmente institucionais e de formas terciárias de apoio ao desenvolvimento industrial. Estas estratégias têm por finalidade assegurar a promoção da esfera directamente produtiva, o que exige uma negociação entre as estruturas de representação do empresariado local e múltiplas entidades (nacionais e comunitárias; públicas e privadas), das quais destacamos o Estado, nas várias formas que assume, e outras estruturas associativas. Os resultados medem-se pelos serviços e pelos meios que é possível pôr à disposição da economia local e da sua organização.

Esta economia da informação está estruturada segundo redes (comunitárias, nacionais e regionais) de serviços e de políticas que vão dos Eurogabinetes e da Rede de Atendimento do PEDIP às acções de formação profissional, às

(1) Para outras regiões cf., por exemplo, M. R. Silva (1988) ou A. Domingos e T. Marques (1987), sobre espaços produtivos da Região Norte.

(2) Algumas das referências usadas neste texto retiram-se de um documento de trabalho (J. Reis, 1991) da Linha de Investigação *Estado, Agentes Económicos e Regulação Institucional da Economia*, que integra o Projecto *Estado e Sociedade em Portugal*, com que o Centro de Estudos Sociais participa no *Observatório Intercentros*.

3. O enquadramento institucional das economias locais (I): os agentes colectivos de representação local

medidas de incentivos ao investimento e às formas de regulação dos mercados locais de emprego.

É neste plano que é relevante o papel de intermediação entre a economia local e o exterior desempenhado pelos agentes de representação local. Por isso, interessa saber como se estabelecem as “relações protocolares” dos sistemas locais perante a administração pública e os agentes colectivos de âmbito nacional e, em particular, como se “consomem” localmente as políticas públicas disponíveis para promoção do desenvolvimento. Ora estes pontos, repete-se, devem ser relacionados com condições de funcionamento das economias locais que são definidas quer pelas suas estruturas materiais, quer pelos protagonismos que criam.

Ao valorizarmos o aspecto que tem sido mais descuidado quando se trata de estudar as economias locais — as questões do seu enquadramento institucional — consideramos que ele se pode apreciar quer do lado das políticas públicas, quer do lado dos agentes locais que se formam com essa finalidade.

O papel dos agentes e das suas capacidades de manobra tornou-se num assunto muito revalorizado à medida que a organização das economias contemporâneas assumiu uma densidade crescente e uma textura reticular, destinando papéis de maior relevo para as pequenas empresas, para as regiões de estrutura sócio-económica intermédia e para os processos produtivos não-tayloristas.

Bem se sabe que, desde Schumpeter, este tema assumiu dignidade académica. Mas é visível que ele se tornou num assunto central para o funcionamento económico quando as próprias estratégias das empresas que “comandam” o sistema produtivo e as políticas públicas o pressupõem nos seus comportamentos negociais. Isto é, a formação de agentes colectivos em diversos âmbitos espaciais é parte de uma lógica crescente de negociação e parceria que começa a nível local e envolve empresas cujo âmbito de actuação é muito variável, desde as que não ultrapassam os horizontes locais às que actuam a nível transnacional.

Não queremos, contudo, estabelecer uma relação de um só sentido entre estes dois factos — os agentes colectivos locais não são apenas um produto *derivado* da lógica exógena de organização das economias e não se limitam, portanto, a ser meros instrumentos funcionais dos interesses

de regulação macroeconómica. Estes agentes, e as Associações Empresariais em particular, ilustram uma das componentes mais activas de um protagonismo local que não se deve subestimar e que pode espelhar a própria diferenciação das respectivas economias.

Esta constatação radica no facto de as Associações Empresariais, ao captarem para o desenvolvimento local um conjunto significativo de recursos, expressos em serviços prestados ou em infra-estruturas de qualificação industrial, se tornarem *pivots* das relações com o Estado e as políticas públicas de desenvolvimento industrial, funcionando, deste modo, como agentes intervenientes na gestão de recursos para domínios como a formação profissional ou certos serviços de extensão industrial e, num contexto mais vasto, para a promoção do desenvolvimento local.

Mas, ao criarem-se e desenvolverem-se, as Associações Empresariais exprimem atitudes e comportamentos de certas camadas do empresariado local e não necessariamente a posição média da respectiva economia, pois não são, geralmente, a sua expressão directa e simples. Elas podem, por exemplo, resultar da iniciativa dos empresários mais recentes, dos de maior vocação exportadora, dos que pertencem ao sector predominantemente implantado e representam a especialização produtiva local ou, simplesmente, de alguns empresários que têm uma posição pessoal ou política de prestígio particularmente significativa.

Podem, assim, definir-se situações particulares, a que correspondem protagonismos e capacidades diferenciadas de acção e de intermediação, o que se prende com os contextos onde intervêm e com o tipo de liderança que assumem. Não será, pois, difícil admitir que uma Associação Empresarial seja a expressão da inovação e mesmo de interesses estratégicos da indústria local, valorizando no exterior o que é mais qualificante do tecido produtivo que representa e *filtrando* para dentro dele o que lhe pode aumentar a sua capacidade competitiva.

Deste modo, a formação de um agente colectivo como é uma Associação Empresarial corresponde a um processo que não ocorre mecanicamente dentro do espaço em nome do qual passa a agir. Mas isso não impede que concluamos que a presença de uma Associação dinâmica é um indicador significativo da capacidade de organização institucional da economia local em questão. Por isso julgamos estas entidades como peças centrais do enquadramento institucional

das economias e como agentes importantes da regulação de um sistema local.

As Associações Empresariais constituem, assim, uma imagem da *espessura*, do conteúdo dos espaços territoriais e, como se defendeu noutros lugares (J. Reis, 1988: 138-139; I. Boura e R. Jacinto, 1990), realçam as capacidades organizadoras locais. No entanto, a representação da sociedade local é sempre de vários tipos, que poderão ser tanto mais diversos quanto maior for a sua maturidade e complexidade.

Neste quadro, e atendendo ao contexto institucional e aos nossos padrões de desenvolvimento, a relação Associações Empresariais/Poder Local é um eixo importante para os processos que temos vindo a analisar. O *jogo* destas relações vai desde as situações em que os municípios começam por desempenhar acções de promoção económica que depois transferem, ao atingir-se uma “massa crítica” de mobilização, até às situações em que a centralidade das forças empresariais locais já tinha consolidado formas de representação colectiva, não se tornando relevante o papel do Poder Local no âmbito económico.

É, aliás, nesta base que nos parece possível retomar uma *correlação probabilística* já apontada noutro lugar (J. Reis, 1988): cabe ao Poder Local uma posição mais activa nas situações em que a sociedade local se manifesta mais estática, isto é, quando não desenvolveu processos relacionais de adensamento sócio-económico. Nestes casos, o desenvolvimento local depende bastante da acção das autarquias, que assim exercem uma função substitutiva do empresariado e adquirem um papel mais central na promoção das respectivas economias. É possível, então, que o aumento das possibilidades de emprego implique a atracção de agentes e de recursos exteriores. Inversamente, quando o desenvolvimento local resulta já da intervenção alargada e relacional de agentes locais, num processo de acumulação material e organizativa, a centralidade do Poder Local pode ser bastante menor, dirigindo-se para as acções relacionadas com o bem-estar ou com áreas sócio-económicas marginais. É nesses casos que o protagonismo regulador das Associações Empresariais se torna mais notório.

Este protagonismo exerce-se, evidentemente, através de funções “gerais e abstractas”, como a representação, a intermediação e a negociação, e concretiza-se num conjunto de actividades, onde se destacam a difusão de informação, a parceria com congéneres de outro âmbito espacial e com

a administração pública, além da prestação de serviços técnicos, como veremos adiante.

Pelo que temos vindo a dizer, torna-se desnecessário repetir que a criação das Associações Empresariais e os papéis por elas desempenhados só fazem sentido quando os entendemos numa rede ampla de acções de política, de relacionamento entre agentes e de enquadramento institucional que abrange toda a economia. Nesta teia, o Estado e as políticas públicas são outro dos *nós* fortes, como notamos quando atendemos à grande centralidade exercida na política económica pelas políticas de formação profissional, pelos programas e mecanismos de modernização e extensão técnica, pelos incentivos à criação de infra-estruturas colectivas ou de apoio ao investimento e à inovação produtiva, pelos serviços de difusão de informação às empresas, etc.

Estas medidas, que apenas enumeramos sucintamente, são promovidas pelo Estado, que, contudo, nem sempre as exerce directamente. É a lógica da transferência dessas funções para os agentes económicos que tende a ser predominante na acção estatal. Isto é, o Estado — cuja presença na economia ⁽³⁾ é, não só visível, como repetidamente reclamada pelos agentes económicos — age no pressuposto de um quadro institucional de regulação das economias em que dispõe de *parceiros* para a execução das suas políticas. Poder-se-ia mesmo defender (mas isso não vem a propósito do que aqui tratamos) que o Estado necessita de contribuir para a criação de uma sociedade civil, cujos dinamismos viabiliza, para tomar a aparência de uma presença discreta na economia ⁽⁴⁾.

São dinamismos heterogéneos esses com que o Estado lida nos diferentes âmbitos territoriais, e isso manifesta-se no diferente uso que cada economia local faz das políticas que, por natureza, estão disponíveis com regras gerais e uniformes, constituindo assim a estrutura básica de uma arquitectura institucional nacional.

Nas considerações que temos vindo a desenvolver e, especificamente, no entendimento que fazemos das Associações Empresariais estamos a falar de aspectos do processo de regulação institucional das economias. A noção

⁽³⁾ Para uma análise do papel do Estado na concorrência industrial cf. Bucaille e Beauregard (1988). Uma análise global das formas da relação Estado/economia encontra-se em R. Delorme e C. André (1983).

⁽⁴⁾ Para uma análise das relações Estado/economia em Portugal cf. B. Santos (1991).

4. O enquadramento institucional das economias locais (II): o Estado e as políticas públicas

de regulação das economias tem como finalidade procurar mostrar como se cria a coerência dinâmica do conjunto de um sistema económico que é baseado em racionalidades parciais (individuais) e em decisões de produção e de troca descentralizadas (R. Boyer, 1986: 54). Ou seja, um sistema baseado na individualidade da empresa e em *racionalidades privadas* funciona, contudo, através de *comportamentos colectivos*. Tal é possível na medida em que se disponha de um conjunto de procedimentos que normalize as atitudes dos agentes e ultrapasse a sua condição atomizada. A economia necessita de criar *regularidades* e necessita, além disso, de um princípio de difusão das formas de organização alcançadas (J. Reis, 1989: 64-66). Para isso é indispensável dispor de protagonismos, de várias formas de protagonismo.

O Estado e as empresas são os grandes protagonistas da difusão das normas organizacionais e das formas de comportamento colectivo que transformam as economias, isto é, que criam um *modo de regulação*. A novidade dos tempos mais recentes é que esta regulação se faz muito descentralizadamente. Nem o Estado tem as mesmas modalidades de intervenção que, de forma muito clara, caracterizaram a sua acção nas economias desenvolvidas do pós-guerra, nem a acção das empresas é apenas a das grandes empresas. É por isso que as economias se organizam em rede — redes de agentes, redes de empresas, redes de regiões, redes de serviços e de informação...

E é por isto também que a regulação das economias não se dá apenas através de um princípio de difusão *de cima para baixo*: do Estado para as empresas e para as regiões, das grandes empresas para as pequenas. A regulação produz-se dentro de espaços de relações estabelecidas. Por isso, é necessário haver agentes colectivos que procedam à mobilização e ao concerto das posições dos vários intervenientes dentro de cada território. Além disso, em economias (seja uma economia nacional ou seja a economia mundial) que funcionam na base de uma pluralidade de espaços, é também necessário que haja agentes que, para além da negociação interna a cada espaço, assegurem a intermediação entre os diversos níveis. É ainda de uma negociação que se trata, mas de uma negociação articuladora de conjuntos económicos mais vastos.

É, pois, nesta perspectiva que encaramos as funções dos agentes económicos que constituem o nosso principal motivo de análise nesta comunicação — as Associações Empresa-

riais. Seguidamente, encaminhamos a nossa atenção no sentido de sublinhar o seu papel de organizador dos meios que representam e de promotor do seu relacionamento exterior.

As formas assumidas pelo movimento associativo empresarial podem relacionar-se com as diferentes fases de desenvolvimento da economia portuguesa. Por isso, a sua história pode rever-se no modo como se processou a industrialização, como os agentes se assumiram organicamente e no modo como a economia foi sendo enquadrada institucional e politicamente pelo Estado.

De maneira simples, podemos fazer corresponder essa evolução a três ciclos longos da vida económica do país, assim balizados: a descolagem da industrialização iniciada no princípio do século XIX, na transição para o liberalismo; o Estado Novo e a forma corporativa autoritária; a nova ordem económica, social e política que se instala com o 25 de Abril de 1974. Em cada um destes três períodos, os empresários desenvolveram estratégias organizativas apropriadas à influência que pretenderam exercer sobre as políticas económicas.

Embora a industrialização em Portugal tenha tido, para alguns, um início pouco auspicioso e algo falhado, correspondendo a uma das três impossibilidades do século XIX português (V. M. Godinho, 1977: 141⁽⁵⁾), é neste período que se esboçam as primeiras estruturas associativas. Num primeiro momento é na capital que elas surgem, difundindo-se posteriormente pela província.

É, pois, cedo que se dão os primeiros passos na organização industrial do país, no quadro de um debate intelectual em que se trata de sublinhar, perante as vozes

⁽⁵⁾ "(...) o surto de industrialização não era compatível com o Antigo Regime. Mas não apenas por razões políticas. E que, como já sabemos, não era possível multiplicar as manufacturas e fábricas sobre uma base agrícola tradicional: a reestruturação agrária e a modernização da agricultura constituíam requisitos prévios" (V. M. Godinho, 1977: 143). "Apesar, pois, de incontestáveis progressos, o século XIX não conseguiu realizar a revolução industrial em Portugal — e ainda não realizara a da máquina a vapor quando a Europa ao norte dos Pirenéus deambulava a da electricidade e do petróleo." (idem: 145).

"Os movimentos de industrialização em Portugal não foram nem suficientemente fortes nem constantes para podermos afirmar que se criaram as condições necessárias ao deflagrar de qualquer fenómeno parecido com o arranque para a revolução industrial. As estruturas económica, social, política, demográfica, técnica e mental não permitiram a maturidade necessária para concretizar a industrialização plena. No século XIX, o País sofreu a industrialização possível, limitada pelas próprias condicionantes externas." (V. Quaresma, 1988: 69).

5. A evolução do movimento associativo empresarial

retrógradas, os benefícios da industrialização para o desenvolvimento da economia nacional. É também a par da industrialização emergente que se realizam os primeiros levantamentos e Inquéritos Industriais (1852 e 1881). “Em 1822 fundara-se a Sociedade Promotora da Indústria Nacional; tendo desaparecido de 1826 a 1833, ressurgiu com a vitória do liberalismo, e organiza a primeira Exposição Industrial Portuguesa em 1838” (V. M. Godinho, 1971: 143). Em 1837 é criada a Associação Industrial Portuguesa (AIP), uma das primeiras manifestações de associativismo empresarial. Em 1860 a AIP reinicia as suas actividades sob o nome de Associação Promotora da Indústria Fabril (APIF), retomando a designação inicial em 1886.

Um segundo momento igualmente marcante surge com o Estado Novo, através de um modo peculiar de organização dos interesses — o corporativismo — e da sua estrita vinculação à ideologia do regime. “Para os defensores do corporativismo, a nova ciência económica corporativa define-se e constitui-se como herdeira (tendencialmente em ruptura) da economia clássica-liberal. Alterando o fundamento da teoria económica pela adopção de um novo conceito de valor-utilidade colectiva, é introduzido um novo protagonista social — o grupo, a corporação, no limite o Estado; para os corporativistas o objectivo principal, a função a maximizar, é exactamente essa utilidade colectiva — bem-estar colectivo, nacional. (...) No fundo, estamos perante a busca de soluções para um problema complexo englobável na problemática geral da regulação.” (J. M. Brandão de Brito, 1989: 38).

Com o 25 de Abril e as transformações sócio-políticas subsequentes, abre-se uma nova fase. Como tem sido sublinhado ⁽⁶⁾, ao contexto da transformação especificamente portuguesa juntam-se outros factos de natureza externa que concorrem para explicar a natureza da dinâmica industrial que se vive actualmente, bem como das formas organizacionais que lhe correspondem. Entre esses factos deve referir-se a crise económica que as economias ocidentais vivem desde os inícios dos anos 70, o processo de reestruturação das estruturas produtivas e dos grupos económicos e a adesão à CEE em 1986.

Esta última data subdivide o terceiro período que estamos a considerar, cuja fase mais recente se caracteriza por uma

⁽⁶⁾ Cf., nomeadamente, B. Santos, J. Reis e M. M. Marques, 1986; A. Mateus, 1987; M. J. Rodrigues, 1988.

grande animação industrial, assente em sectores de mão-de-obra intensiva ou de tecnologia intermédia, e que em termos territoriais conhece algum incremento em meios da periferia do país. A isso corresponde também a dinamização do movimento associativo, motivada pela necessidade de exercício de *lobbying* ou porque as políticas nacionais e comunitárias exigem níveis de representação e concertação a nível regional e local que só a parceria pode assegurar.

O associativismo empresarial conheceu ao longo dos anos oitenta um crescimento assinalável. Considerando o conjunto das associações patronais sobre as quais há informação estatística, pode calcular-se uma variação global de 22%, entre 1976 e 1988, das empresas integradas em estruturas deste tipo (em valores absolutos são 219150 empresas, em 1988).

Se tomarmos como referência as Associações Empresariais industriais de base territorial da Região Centro⁽⁷⁾ reencontramos o mesmo fenómeno, pois em dez anos o número dos seus associados cresceu substancialmente (35%), passando de 9350 em 1980 para 10345 em 1985 e para 12653 em 1990.

As Associações Empresariais no espaço nacional

A distribuição do número de associações no Continente (Fig. 1) põe em evidência as clivagens existentes no território nacional, designadamente as que se prendem com a desigual distribuição da indústria e dos serviços.

É nos distritos do litoral (Lisboa, Porto, Braga, Aveiro, Leiria, Santarém e Faro) que a sua densidade é maior. Não se obtém, contudo, esta mesma imagem quando fazemos a leitura da distribuição do número médio de associados por associação (Fig. 2). Este facto revela que os sectores não industriais — designadamente o comércio — têm um peso associativo muito grande e cada associação tem um número elevado de sócios. A influência destas associações no conjunto é significativa e o quadro 1 mostra bem este aspecto.

6. As associações empresariais e o seu território

63

(7) Exceptuámos as associações de tipo sectorial cuja localização e implantação coincide geralmente com a maior concentração espacial do sector respectivo, decorrendo, portanto, da especialização desse território (CEFAMOL, Marinha Grande; ANIL, Covilhã; etc.). Também não entrámos em linha de conta com as associações cujo âmbito é estritamente municipal e que se começaram a constituir nos últimos dois ou três anos.

Quadro 1
Associações Empresariais por ramos de actividade económica

Ramos de actividade económica	N.º AAEE	N.º Asso- ciados	N.º Ass/ /AAEE
1 - Agricultura, silvicultura, caça e pesca	35	6 032	172
2 - Indústria extractiva	2	105	53
3 - Indústria transformadora	108	17 621	163
5 - Construção e obras públicas	10	8 164	816
6 - Comércio por grosso, rest. e hotéis	132	134 124	1 016
7 - Transportes, armazenagem e comunicações	14	13 310	951
8 - Bancos, seguros e operações sobre imóveis	7	626	89
9 - Serviços prest. à colect., serv. sociais e pessoais	53	19 646	371
0 - Actividades mal definidas	20	19 522	976
TOTAL	381	219 150	575

Fonte: INE, Estatísticas de Protecção Social, Associações Sindicais e Patronais

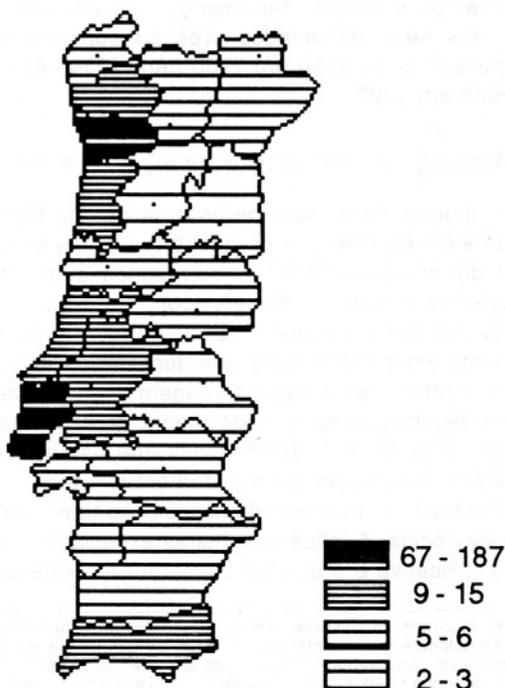


Fig. 1 — Número de AAEE segundo o distrito

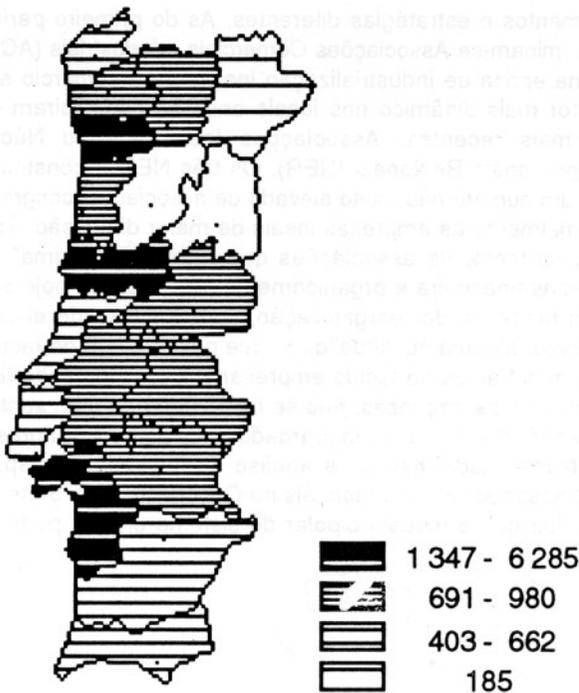


Fig. 2 — Número médio de associados por AAEE

As Associações Empresariais na Região Centro

A avaliar pela data da constituição das Associações Empresariais de base territorial da Região Centro, podem reconhecer-se dois períodos fundamentais na sua formação: o primeiro remonta às formas organizativas iniciais e termina com o final da I República; o segundo, depois do longo hiato resultante da sobreposição das estruturas corporativas, evidencia o surgimento de uma nova geração de associações, que pode relacionar-se com a conjuntura marcada pela adesão à CEE ⁽⁸⁾.

Importa destacar que tanto este facto como as designações que as associações assumem correspondem a

⁽⁸⁾ Primeiro período: ACI Figueira da Foz (1835); ACI Coimbra (1863); ACI Castelo Branco (1911); ACI Fundão (1924). Segundo período: ACI Covilhã (1975); AI Agueda (1976); AI Viseu (1982); AI Pombal (1983); NERGA, Guarda (1984); ACIBEIRA, Arganil (1985); Nerlei, Leiria (1985); AI Aveiro (1986); Nercab, Castelo Branco (1987).

momentos e estratégias diferentes. As do primeiro período, denominam-se Associações Comerciais e Industriais (ACI) — numa época de industrialização incipiente o comércio era o sector mais dinâmico nos locais onde se constituíram — e as mais recentes, Associações Industriais ou Núcleos Empresariais Regionais (NER). Os três NER's, constituídos por um número não muito elevado de associados, congregam normalmente as empresas locais de maior dimensão. Trata-se, portanto, de associações que “nascem de cima”, vinculadas financeira e organicamente à AIP, e que hoje estão num processo de reorganização, com o intuito de eliminar, a prazo, alguma conflitualidade que possa surgir do facto de algumas franjas do tecido empresarial local, nomeadamente as pequenas empresas, não se reconhecerem nem sentirem os seus interesses salvaguardados por estas estruturas.

Numa macro-escala, a análise da implantação espacial das Associações Empresariais no Continente (Fig. 3) permite concluir que o modelo bipolar do sistema urbano português

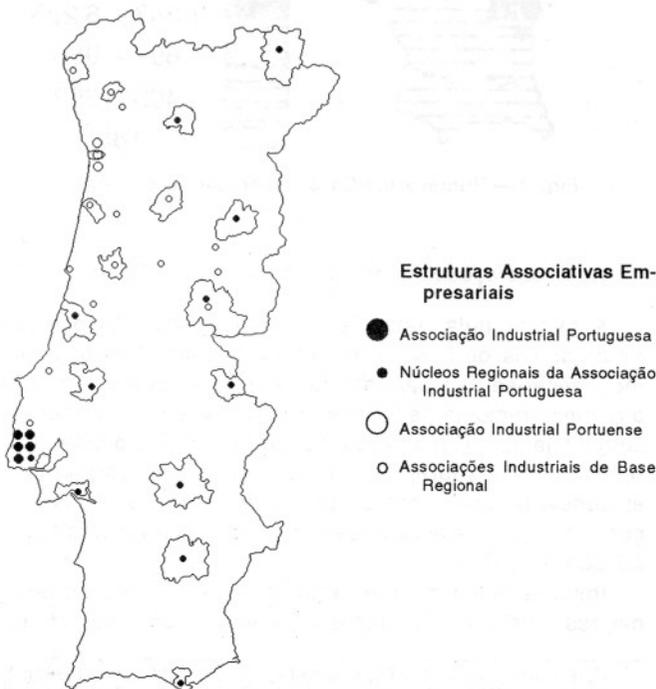


Fig. 3 — Organização territorial das estruturas associativas empresariais

é transposto para a partição do território nacional pelas duas estruturas mais fortes (AI Portuguesa e AI Portuense) num assinalável jogo para alargar a sua influência e controlo territorial. A Região Centro é, neste contexto, um espaço de fronteira.

Mas já à escala regional, que aqui nos interessa privilegiar, a malha locacional das Associações Empresariais revela outros aspectos. É certo que as questões gerais que atrás descrevemos têm também aplicação quando fazemos a geografia das associações da Região Centro (Fig. 4). Não só estamos perante uma rede de associações e de associados mais densa no litoral, como as associações com maior número de associados são as mais antigas e, portanto, as que integram empresas industriais e comerciais.

67

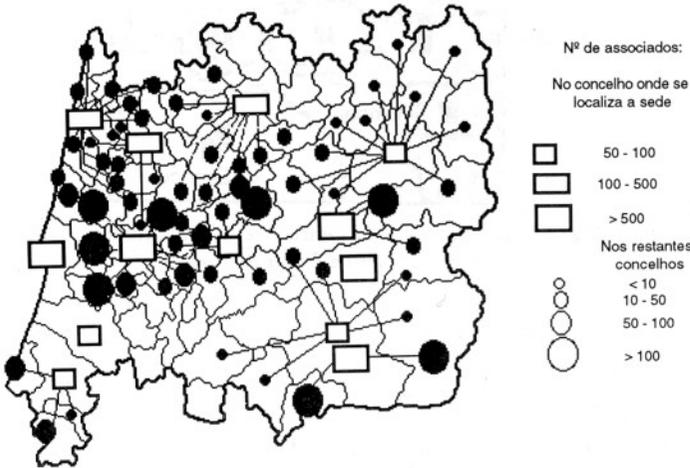


Fig. 4 — O território das Associações Empresariais da Região Centro

A figura anterior indica as sedes das associações e os concelhos por onde se distribuem os seus sócios, devendo referir-se que o número de concelhos sem qualquer associado inscrito é relativamente pequeno. Como se vê, as associações da Região Centro tendem a localizar-se preferencialmente nas sedes de distrito, em virtude da maior concentração de unidades produtivas e da própria rede urbano-administrativa existente. Por outro lado, a emergência de novos espaços industriais periféricos (Arganil, Pombal, Águeda) proporcionou o aparecimento de Associações Em-

presariais com perfis próprios e adequados a um certo tecido empresarial de desenvolvimento recente.

Estes dados permitem-nos que, com maior abstracção, apresentemos seguidamente um esboço, à escala regional, da localização das Associações Empresariais, onde é possível sublinhar a relação entre estas estruturas associativas e os principais sistemas industriais consolidados ou emergentes na Região Centro.

68

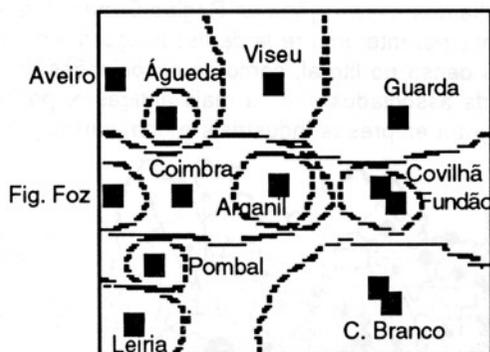


Fig. 5 — Os sistemas industriais e a implantação das Associações Empresariais

O perfil das economias locais e a liderança das associações

As Associações Empresariais exprimem ainda o seu território através do modo como os sectores produtivos locais se fazem representar. No quadro seguinte indicam-se, por associação, os sectores dos principais dirigentes associativos (Presidentes da Direcção e da Assembleia Geral e outros membros da Direcção dos últimos mandatos). Parece evidenciar-se um ajustamento entre a especialização que define o perfil industrial local e as lideranças encontradas.

Não deixamos, contudo, de sublinhar que não são apenas os sectores maioritários que determinam os rostos mais visíveis das associações. Outras questões se sobrepõem, como as que decorrem das posições de prestígio das empresas e dos empresários, da dimensão, ou mesmo os créditos políticos que conferem a uns, mais do que a outros, um melhor posicionamento para o diálogo com o poder. Do mesmo modo, as mudanças nos corpos gerentes reflectem

Quadro 2

A representação sectorial na liderança das Associações Empresariais

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Pesca		x										
Alimentares	.	x (x)	... (x)	x (x)		x (x)						...
Têxtilx (x) (x)	.			. x
Madeiras												.
Móveis	.								..			
Papel						(x)						
Artes gráficas				x								
Cortiça		.										
Plásticos							
Cerâmica	x (x)											
Material Transporte	x (x)											
Metalomecânica		x (x)				
Construção Civil		.	..	x
Comércio/Serviços			x x	x (x)	x x	
			.. x (x)						(x x)	(xx)	
									
									

69

1-Águeda, 2-Aveiro, 3-Coimbra, 4-Pombal, 5-Leiria, 6-Arganil, 7-Guarda, 8-Castelo Branco (Nercab), 9-Fundão, 10-Castelo Branco (ACI), 11-Covilhã, 12-Viseu.

x — Presidente da Direcção/Assembleia Geral.

(x) — Presidente da Direcção/Assembleia Geral anterior.

• — Outros elementos da Direcção.

factores tão diferentes como a renovação geracional, a emergência de novas indústrias, a partição de poderes na liderança política local, a continuidade e estabilidade resultante do prestígio pessoal.

As Associações Empresariais e as redes de enquadramento das actividades empresariais

Como já afirmámos anteriormente, interpretamos o papel das Associações Empresariais como o de agentes intervenientes em redes de relações através das quais se faz o enquadramento institucional da economia, se criam economias de informação e se exercem as políticas públicas. As actividades exercidas pelas Associações Empresariais no âmbito, por exemplo, da formação profissional⁽⁹⁾ ilustram

⁽⁹⁾ Pode dizer-se que esta actividade representa de forma privilegiada o relacionamento com a Administração, sendo mesmo, em muitos casos, uma das principais fontes de receita da associação.



Fig. 6 — Organização territorial dos serviços de difusão de informação e de apoio ao desenvolvimento industrial

esta ideia para uma política cuja centralidade recente no nosso país é conhecida.

Mas outras áreas de actuação pública ilustram a formação de redes de enquadramento dos agentes empresariais e, de certo modo, definem campos de actuação em que as Associações Empresariais são parceiros. No domínio da *economia da informação*, a Figura 6, em que se localizam os Eurogabinetes, a rede de atendimento do PEDIP, as estruturas regionais do IAPMEI e as delegações regionais do Ministério da Indústria, mostra uma rede nacional cujos destinatários são os agentes empresariais e as suas estruturas de representação.

Esta indicação, que se refere às infra-estruturas tecnológicas apoiadas pelo PEDIP (Fig. 7), ilustra as malhas de uma economia da informação e das tecnologias, de âmbito nacional, que supõem necessariamente interlocutores de

índole colectiva, isto é, parceiros de escala espacial mais fina que complementem a difusão de efeitos de inovação junto dos empresários. A organização territorial das estruturas associativas empresariais completa, na sua distribuição, esta imagem.

Essa malha fina que as Associações Empresariais representam torna-se tanto mais necessária quanto parece certo, por exemplo, que a distribuição das infra-estruturas tecnológicas de apoio à indústria criadas no âmbito do PEDIP permite que se tire como conclusões que eles representam um investimento concentrado, pois dos 70 projectos aprovados no âmbito do subprograma 1.2 do PEDIP, 19 são em Lisboa e 15 no Porto e correspondem, respectivamente, a 37% e a 17% do investimento total.

Por outro lado, quer os centros tecnológicos quer os centros de emprego vêm reforçar as especializações regionais e locais, o que, naturalmente, supõe uma relação orgânica forte com essas economias.

A criação recente de associações e a evolução quantitativa do número dos seus associados parece-nos confirmar a ideia de que, pelas razões já apontadas, as economias locais assumem a necessidade de dispor de estruturas de representação. Esta é, pois, uma das primeiras evidências empíricas que encontramos no material que coligimos. Mas, para além da expressão numérica da vida associativa, interessa-nos verificar como é que essa vida se concretiza através das funções desempenhadas pelas Associações Empresariais.

A nossa análise leva-nos à conclusão de que tais funções privilegiam duas dimensões principais: o exercício da intermediação entre as economias locais e os agentes exteriores, por um lado, e, por outro, a criação do que já chamámos uma economia local da informação.

As funções técnicas

De facto, as próprias funções técnicas principais das Associações Empresariais espelham principalmente o seu relacionamento perante o exterior (especialmente com os organismos públicos de gestão da economia). Em geral pode dizer-se que as Associações se estruturam como sedes de recursos técnicos fornecidos pelo Estado. De facto, no seu corpo técnico encontramos sistematicamente, para além dos

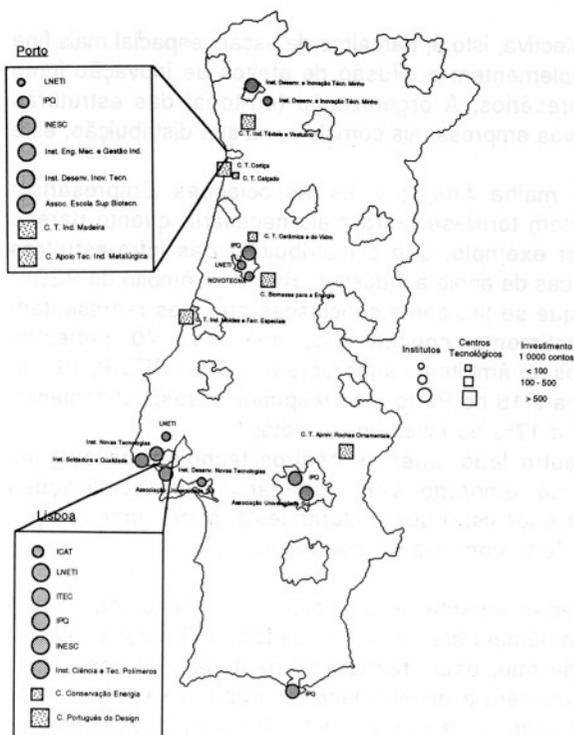


Fig. 7 — Infraestruturas tecnológicas apoiadas no âmbito do PEDIP

funcionários administrativos e de um funcionário superior, o Secretário-Geral, o seguinte conjunto de quadros:

- Promotores de Formação (colocados nas associações pelo IEFP, que suporta os respectivos custos),
- Técnicos da Rede de Extensão Industrial (IAPMEI),
- Agentes de Desenvolvimento (IEFP),
- Agentes de Dinamização Económica (MPAT-PNICIAP).

O Estado, através dos apoios que fornece, é, portanto, um elemento visível da actividade das Associações Empresariais. Deste modo se exemplificam bem as referências que temos feito ao papel das Associações Empresariais e à convergência das formas estatais e das formas associativas de enquadramento institucional das economias. No relacionamento de nível regional e nacional é fundamentalmente a

negociação de recursos que está em causa, sobressaindo, como já se disse, a relação com o Estado central e com as suas emanações regionais.

Parece, pois, que o apetrechamento técnico das Associações Empresariais revela o seu esforço no sentido de aumentar a capacidade organizativa e a intervenção junto dos associados. Este capital técnico, que deve dar consistência à representatividade das Associações Empresariais, conferindo-lhe uma legitimidade redobrada, é também, como se vê, uma peça central da negociação externa da economia local, tendo em vista obter recursos e factores de modernização.

73

Mas os serviços prestados⁽¹⁰⁾ pelas Associações Empresariais não se limitam, como está bem de ver, aos mencionados. As actividades regulares de consultadoria — em que a economia, a engenharia e o direito são as especialidades mais representadas — são outras áreas importantes em que se regista o desempenho das associações e onde, provavelmente, estas mobilizam em especial os seus recursos próprios.

Os parceiros institucionais das Associações Empresariais

As entidades nacionais ou regionais que mais se destacam como interlocutores das Associações Empresariais, isto é, o *núcleo duro* da parceria institucional são a CCRC, o IEFP, o IAPMEI, o LNETI, o ICEP e a DGI/MIE. O que se conhece permite considerar que um dos dados que torna tão central a posição do Estado e dos serviços deles dependentes é o facto de estes controlarem recursos financeiros de origem comunitária, motivação também importante para a arquitectura institucional e organizacional estabelecida em torno das economias locais.

Os protocolos estabelecidos

Embora o relacionamento que as Associações Empresariais protagonizam seja quer formal, quer informal, admitimos que os protocolos que celebram, as entidades envol-

⁽¹⁰⁾ Não apresentamos aqui os dados que possuímos sobre os serviços prestados pelas AAEE e a sua compatibilização com a procura por parte dos associados. Importa, a este propósito, sublinhar que as AAEE podem configurar-se como agências prestadoras de serviços correspondentes à procura local, racionalizando a oferta privada, e permitindo que se apoiem situações empresariais diferenciadas e evitando, pela integração em redes, a sua marginalização.

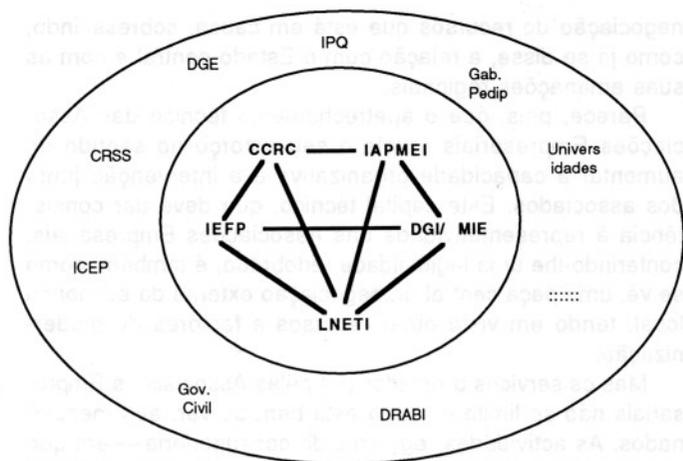


Fig. 8 — Parceiros privilegiados pelas Associações Empresariais da Região Centro

vidas e os objectivos traçados dão uma medida das principais formas de cooperação. Os protocolos intensificam-se depois de 1987 e certamente que a isso não são alheios factos como a adesão à CEE, a maior internacionalização da economia portuguesa, a necessidade de promover externamente as economias locais.

Podemos apreciar a evolução deste relacionamento através do seguinte quadro, em que se apresenta, por anos, o número de protocolos assinados pelas associações que entrevistámos.

Quadro 3

Protocolos celebrados pelas Associações Empresariais da Região Centro

Anos	Protocolos
1985	1
1986	1
1987	10
1988	14
1989	9
1990	15
1991	6

A análise dos objectivos que estiveram na origem dos protocolos revela que os principais são, por esta ordem, os que se relacionam com a *divulgação de informação e apoio técnico*; a *cooperação bilateral* com outras associações (nacionais ou estrangeiras) ou câmaras de comércio; a *formação profissional*; a *promoção/realização de feiras*; o fomento da *inovação tecnológica*.

As entidades com que foram celebrados protocolos incluem, por isso, organismos públicos nacionais, outras associações industriais portuguesas, outras associações industriais estrangeiras, Universidades e Institutos Politécnicos.

Estes dados permitem também sublinhar de novo que as actividades desenvolvidas e os serviços prestados pelas Associações Empresariais privilegiam a divulgação de informação e a promoção do desenvolvimento — através de serviços de extensão — a consultoria, o apoio à cooperação empresarial, ao comércio externo e ao investimento, bem como outro tipo de apoios, designadamente logísticos.

O relacionamento de nível local

A cooperação das Associações Empresariais com outras entidades contribui também para o adensamento das relações institucionais de nível local. Ao considerarmos as associações agentes colectivos locais de representação dos interesses empresariais não descuramos que a sociedade local, no seu conjunto, é multifacetada e gera uma rede interna de relações. Mesmo que essa rede não seja directamente ilustrada pelos interlocutores privilegiados das Associações Empresariais, vale a pena indicar que eles são os seguintes: as câmaras municipais; os centros de emprego ou centros de formação profissional (ou mesmo as escolas profissionais ou secundárias) ⁽¹¹⁾; as Universidades e Institutos Politécnicos. São ainda referidas outras entidades locais (finanças, regiões de turismo, alfândega, etc.), em conformidade com contextos específicos. ■

⁽¹¹⁾ Algumas destas relações (por exemplo as que se referem à formação profissional e aos centros de emprego) permitem que nos interroguemos até que ponto é que as AAEE são estabilizadores ou reguladores do mercado de trabalho local.

Referências Bibliográficas

76

- Boura, Isabel; Jacinto, Rui 1990 "Iniciativas de apoio ao desenvolvimento na Região Centro", *Sociedade e Desenvolvimento*, n.º 1.
- Boyer, Robert 1986 *La Théorie de la Régulation*. Paris, La Découverte.
- Brandão de Brito, J. M. 1989 *A Industrialização Portuguesa no pós-guerra (1948-1965) — O condicionamento industrial*. Lisboa, Dom Quixote.
- Bucaille, Alain; Beauregard, Béról 1988 *Les États, Acteurs de la Concurrence Industrielle*. Paris, Economica.
- Costa, Fernanda; Boura, Isabel; Jacinto, Rui 1990 "Incentivos e dinâmica industrial na Região Centro", in *Industrialização em Meios Rurais e Competitividade Internacional*. Coimbra, CCRC.
- Delorme, R.; André, C. 1983 *L'État et l'Économie*. Paris, Seuil.
- Domingos, Álvaro; Marques, Teresa 1987 "Produção industrial, reprodução social e território — materiais para uma tentativa de abordagem do médio Ave", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 22.
- Gama, António 1987 "Indústria e produção de um espaço peri-urbano", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 22.
- Godinho, V. M. 1971 *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa, Arcádia.
- Mateus, A. 1987 "Economias semiperiféricas e desenvolvimento desigual na Europa (reflexões a partir do caso português)", *Economia e Socialismo*, n.º 72/73.
- Quaresma, V. 1988 *A Regeneração — Economia e Sociedade*. Lisboa, Dom Quixote.
- Reis, José 1988 "Território e sistemas produtivos locais: uma refelexão sobre as economias locais", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 25/26.
- Reis, José 1992 *Os Espaços da Indústria — a regulação económica e o desenvolvimento local em Portugal*. Porto, Afrontamento.
- Reis, José 1991 "Estado, economia e agentes", Documento de trabalho do *Observatório Intercentros*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais.
- Rodrigues, M. J. 1988 *O Sistema de Emprego em Portugal*. Lisboa, Dom Quixote.
- Santos, Boaventura de Sousa 1991 "State, wage relations and social welfare in the semiperiphery: the case of Portugal", Coimbra, *Oficina do CES*, n.º 23
- Santos, Boaventura Sousa; Reis, José; Marques, M. M. L. 1986 "O Estado e as transformações recentes da relação salarial" in *O Comportamento dos Agentes Económicos e a Reorientação da Política Económica*. Lisboa, CISEP.
- Silva, Mário Rui 1988 *Industrialisation et Développement Local: Une interprétation à partir du cas portugais*. Grenoble, Université des Sciences Sociales de Grenoble.